

Clube de Paris

atrasos nos pagamentos aos fornecedores do Brasil

O Brasil vai recorrer ao
A intenção é conseguir que os governos dos países que exportam para nós garantam os

O governo também vai renegociar a dívida externa com o Clube de Paris (que reúne bancos estatais de 15 países da Europa e o Japão). Mas isto só acontecerá depois dos acordos com o Fundo Monetário Internacional e os banqueiros privados. A informação é de fontes do Planejamento e da Fazenda, que ontem procuravam dar a impressão de que está tudo sob controle, embora admitindo que a não aprovação pelo Congresso do Decreto-Lei 2.045, restringindo os aumentos salariais, pode trazer novos percalços para um entendimento com o FMI.

Mas, não havendo este problema, em outubro as pendências com o Fundo e os banqueiros estariam solucionadas, deixando o governo de mãos livres para conversar com Clube de Paris, de modo que, no máximo até princípios de novembro, todo o esquema estará montado e operando.

Segundo um assessor do ministro Delfim Neto, o primeiro passo desse roteiro foi dado ontem, quando foram concluídos os entendimentos com a delegação do FMI em torno do texto da terceira carta de intenção a ser submetida à diretoria da instituição.

Enquanto a carta de intenção estiver sendo examinada pelo FMI, o Banco Central reiniciará os contatos com os banqueiros internacionais, objetivando a montagem da segunda fase de negociações, em substituição aos quatro projetos definidos no ano passado, e o acerto em torno do volume de recursos efetivamente necessários para a regularização das contas neste e no próximo ano.

Na hipótese mais conservadora, quando o FMI aprovar o novo acordo, na segunda quinzena de outubro, a negociação com os banqueiros estará concluída e todos os recursos pendentes liberados, tanto os do FMI, a segunda tranche do empréstimo ampliado, no valor de US\$ 411,0 milhões e a segunda parcela do jumbo, no montante de US\$ 657,0 milhões. Neste momento, o Brasil comparecerá perante o Clube de Paris, para reescalonar sua dívida contraída junto às instituições oficiais européias e japonesas, objetivando a obtenção de prazos mais elásticos.

Problema: os salários.

Há, pelo menos na Seplan, a convicção de que tudo está encaminhado no sentido da aprovação, havendo apenas um problema, relacionado com a aprovação, pelo Congresso, do Decreto-Lei 2.045, que introduziu alterações na política salarial, essenciais à concretização do ajuste com o Fundo.

De acordo com o informante, não houve, da parte do governo brasileiro, nenhum compromisso com o Fundo, em torno da aprovação da matéria. Apesar disso, ficou claro, tanto para o FMI como para o governo, que a rejeição do Decreto-Lei 2.045, o que importará no retorno à prevalência da legislação anterior, significará a necessidade de nova rodada de negociações com o Fundo, para um acerto dos parâmetros estabelecidos nas conversações ontem encerradas. Essa nova rodada atrasará em pelo menos mais um mês o cronograma do roteiro preestabelecido pelo governo, o que não é desejável.

Clube de Paris

Fonte do Ministério da Fazenda disse que as negociações com o Clube de Paris contribuirão de forma decisiva para o País recuperar-se da difícil situação externa que enfrenta.

O mais importante, conforme a fonte, não é negociar a dívida direta que o Brasil mantém com o Clube de Paris, que soma este ano US\$ 500 milhões e alcança US\$ 1 bilhão no ano que vem, mas o fato de que as instituições oficiais financiam as importações pelo Brasil de produtos estrangeiros.

Isso significa que, quando eventualmente o Brasil atrasar um pagamento comercial — e vem fazendo isso desde o começo do ano, quando as reservas internacionais ficaram a zero —, a instituição oficial garantidora faz o pagamento à empresa exportadora estrangeira e assume o débito, ficando a partir daí como credor direto do Brasil.

Outra fonte da Fazenda disse ser difícil precisar quanto o Brasil deve junto ao Clube de Paris exatamente porque não estão apurados os dados sobre os financiamentos garantidos pelas instituições financeiras governamentais.

Por sua vez, o porta-voz do Ministério da Fazenda, diplomata Pedro Luís Rodrigues, disse ontem que a perspectiva de o governo negociar com as instituições financeiras que compõem o Clube de Paris se situa "dentro de uma linha de coerência" com o que até aqui tem sido feito em termos de ajustamento das contas externas.

Prioridade

As características próprias do endividamento brasileiro, frisou Pedro Luís Rodrigues, muito mais concentrado no sistema financeiro internacional privado, conduziram a que a prioridade nos entendimentos se concentrasse, numa primeira fase, no setor privado, resultando no programa dos quatro projetos formalizados em fevereiro deste ano, em Nova York, com os banqueiros internacionais.

Ainda segundo o porta-voz, para o esforço de superação das dificuldades externas, nada impedirá que, no momento em que se considere adequado, o governo busque contato com as instituições financeiras governamentais de diversos países, no sentido de negociar "alguns tipos de ajustamento referente ao balanço de nossas obrigações".